



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Gabarito

1

Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Prova 3

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de provas cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Quanto maiores somos em humildade, tanto mais perto estamos da grandeza.”
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 14 - Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Pesos
Legislação Tributária	01 a 30	3
Processo Administrativo Tributário	31 a 45	3
Auditoria e Perícia	46 a 60	3

Boa prova!

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

01- Assinale a afirmativa correta.

- a) O fornecimento de bebidas em bares, restaurantes e similares constitui hipótese de incidência do ICMS, exceto no caso de água mineral e refrigerantes contendo suco de frutas.
- b) O fornecimento de mercadorias, quando feito com prestação de serviços, não constitui hipótese de incidência do ICMS.
- c) A entrada de bem importado do exterior por pessoa jurídica não contribuinte habitual do imposto só constituirá hipótese de incidência do ICMS se o bem não se destinar ao seu consumo próprio.
- d) Para que a prestação de serviços de transporte de valores constitua hipótese de incidência do ICMS é necessário que se trate de serviço interestadual.
- e) A entrada de bem importado do exterior por pessoa física constitui hipótese de incidência do ICMS.

02- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Nas operações decorrentes de transferência de propriedade de estabelecimento comercial sem baixa cadastral, incide o ICMS sobre o estoque final transferido.
- () Constitui hipótese de não-incidência do ICMS a saída de bens em decorrência de contrato de comodato.
- () Observadas as normas relativas à documentação fiscal, o ICMS não incide sobre o transporte de carga própria, assim entendido exclusivamente transporte de carga em veículo registrado em nome do titular da carga.

- a) F, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) V, F, V
- e) F, V, V

03- As operações a seguir são isentas do ICMS, exceto:

- a) prestações de serviços de transporte intermunicipal de passageiros realizadas na região metropolitana.
- b) saída de produto confeccionado em casas residenciais, sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor final no Estado do Espírito Santo.
- c) saída de combustível para abastecimento de aeronave nacional com destino ao exterior.
- d) saída interna, para consumidor final, de leite reidratado, reconstituído a partir de leite em pó.
- e) saída de reprodutores e matrizes de bovinos puros de origem.

04- Considerando as disposições do Regulamento do ICMS relativas ao diferimento, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Como regra geral, é vedada a aplicação do instituto do diferimento nas operações de importação.
- () Encerrada a etapa do diferimento, o ICMS será exigido, a menos que o encerramento dessa fase se dê por qualquer operação ou prestação não sujeita ao pagamento do ICMS.
- () É vedada a aplicação do diferimento às operações sujeitas ao regime de substituição tributária.
- () Se antes de encerrada a etapa do diferimento este for interrompido, o estabelecimento que promoveu a saída com diferimento fica obrigado a recolher o imposto diferido.

- a) F, V, F, V
- b) V, F, F, V
- c) F, F, F, V
- d) V, F, V, F
- e) V, V, F, F

05- Considerando as normas relativas ao ICMS, as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) é contribuinte do ICMS a pessoa física que importe mercadoria do exterior para uso próprio.
- b) no caso de operação interestadual com combustível líquido derivado de petróleo, destinado a consumo do adquirente, local da operação, para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é o do Estado onde estiver localizado o alienante.
- c) incluem-se entre os contribuintes do ICMS as cooperativas.
- d) em se tratando de mercadoria em situação irregular por falta de documentação fiscal, local da operação, para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é o local onde ela se encontra.
- e) a pessoa física destinatária de serviço prestado no exterior é contribuinte do ICMS.

06- Considerando as normas relativas ao ICMS, as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, o local da prestação, na prestação de serviços de transporte, é onde tenha início a prestação.
- b) para efeito de manutenção e escrituração de livros e documentos fiscais, cada estabelecimento, ainda que do mesmo contribuinte, é considerado autônomo.
- c) é contribuinte do ICMS qualquer pessoa que realize, com habitualidade, operações de circulação de mercadorias.
- d) inclui-se entre os contribuintes do ICMS a concessionária de serviço público de energia elétrica.
- e) o entreposto aduaneiro ou qualquer pessoa que promova a reintrodução, no mercado interno, de mercadoria depositada para o fim específico de exportação, é contribuinte do ICMS.

07- Considerando as normas relativas à sujeição passiva do ICMS, assinale a afirmativa correta.

- a) No caso de utilização indevida, por terceiro, de documento fiscal cuja impressão não foi previamente autorizada pelo Fisco, o estabelecimento gráfico é responsável solidário pelo pagamento do débito de ICMS dela decorrente.
- b) O leiloeiro é responsável em relação ao ICMS devido na saída, decorrente de arrematação em leilão, de bem importado e apreendido.
- c) Quando não ocorrer o implemento da condição prevista para a isenção, o contribuinte que receber mercadoria contemplada com a exclusão responde pelo pagamento do imposto, desde que esgotados os meios de cobrança em relação ao contribuinte que deu saída à mercadoria.
- d) O transportador se caracteriza como contribuinte do ICMS, em relação à mercadoria proveniente de outro Estado para entrega em território do Estado do Ceará, a destinatário não identificado.
- e) Cada estabelecimento do contribuinte é autônomo, não respondendo por débitos de ICMS, acréscimos e multas relativos a outros estabelecimentos do mesmo contribuinte.

08- Constituem hipóteses em que a legislação em vigor admite, observadas as normas pertinentes, a redução da base de cálculo do ICMS, exceto:

- a) saída de veículo com mais de 10.000 quilômetros rodados.
- b) operações internas e de importação com produtos da cesta básica.
- c) saída de máquinas e motores usados, que tenham mais de seis meses de uso comprovado pelo documento de aquisição.
- d) saída interna de animais realizada em leilão.
- e) saída de móveis usados, que tenham mais de três meses de uso comprovado pelo documento de aquisição.

09- A indústria de jóias **A**, situada no Ceará, vendeu jóia para ser entregue ao destinatário **B**, em outro Estado, comprometendo-se o vendedor a providenciar o transporte e seguro, que seriam cobrados do adquirente da jóia. Sabendo que **B** não é contribuinte do imposto, indique, nas opções abaixo, qual o valor calculado do imposto, considerando os seguintes dados relacionados com a operação:

- Preço de venda - R\$ 5.000,00
- IPI - R\$ 500,00
- Frete - R\$ 50,00
- Seguro - R\$ 150,00

- a) R\$ 855,00
- b) R\$ 969,00
- c) R\$ 1.425,00
- d) R\$ 624,00
- e) R\$ 1.300,00

10- Considerando as normas relativas ao ICMS, é correto afirmar:

- a) sempre que ocorrer entrada de mercadoria importada do exterior, a alíquota aplicável é a interestadual.
- b) sempre que ocorrer prestação de serviços de transporte contratado no exterior, a alíquota aplicável é a interestadual.
- c) sempre que ocorrer arrematação de bens, a alíquota aplicável é a interna.
- d) sempre que ocorrer saída de mercadoria para destinatário localizado em outro Estado da Federação, a alíquota aplicável é a interestadual.
- e) sempre que ocorrer a entrada de energia elétrica no Estado do Ceará, incidirá o ICMS mediante aplicação da alíquota interna.

11- O contribuinte **X**, cuja atividade é a revenda de móveis usados, em relação ao mês de outubro de 2006, registrou as seguintes ocorrências:

- Estoque de mercadorias em 01/10/2006 – zero
- Valor das mercadorias adquiridas no mês – R\$ 40.000,00
- Valor do imposto cobrado relativamente às mercadorias adquiridas – R\$ 1.360,00 (Obs.: *Todas as mercadorias foram adquiridas de outro comerciante estabelecido com a mesma atividade, e o imposto incidiu sobre base de cálculo reduzida*)
- Valor do estoque em 31/10/2006 – zero
- Valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento – R\$ 250,00
- Vendas para destinatário contribuinte do imposto localizado no Rio de Janeiro: valor total das operações – R\$ 50.000,00
- Vendas para destinatário não contribuinte do imposto localizado em Fortaleza - valor total das operações – R\$ 10.000,00
- Vendas para destinatário não contribuinte do imposto localizado em São Paulo - valor total das operações – R\$ 20.000,00

Considerando os dados acima, bem como que não havia saldo credor de imposto de período anterior, assinale a opção que indica o valor do ICMS a ser recolhido, correspondente ao período de apuração.

- a) R\$ 9.740,00
- b) R\$ 8.740,00
- c) R\$ 1.948,00
- d) R\$ 860,00
- e) R\$ 9.490,00

12- Considerando as normas relativas à não-cumulatividade do ICMS, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Para atender ao princípio da não-cumulatividade do imposto, compensa-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicações com o montante do tributo cobrado pelo Estado do Ceará ou por outro Estado nas operações ou prestações anteriores.
- b) O montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto entre o débito e o crédito escriturados em conta gráfica.
- c) Se no final do período de apuração for apurado saldo credor, é ele transferível para o período ou períodos seguintes.
- d) Para fins de apuração do imposto no período considerado, devem ser computadas, como débito, as importâncias relativas a estornos de créditos.
- e) O estabelecimento que, no final do período de apuração, apurar saldo credor, pode optar por compensá-lo com saldo devedor de outro estabelecimento do mesmo sujeito passivo localizado no mesmo ou em outro Estado.

13- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Sobre o débito fiscal decorrente de multa por infração à legislação do ICMS, e não-pago na data de seu vencimento, incidem juros de mora.
 - () O pagamento espontâneo do ICMS, mas fora do prazo previsto na legislação, sujeita-se à incidência da multa de mora, calculada sobre o valor do imposto, e de juros de mora calculados sobre a soma do imposto com a multa.
 - () No caso de atraso no pagamento do ICMS, os juros de mora incidem a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento.
- a) F, F, F
 - b) V, F, F
 - c) V, V, F
 - d) F, F, V
 - e) F, V, F

14- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Para fins de consolidação do débito para parcelamento, os acréscimos legais são calculados até o dia da protocolização do pedido.
- () Ao mesmo beneficiário podem ser concedidos, no máximo, três parcelamentos oriundos de auto de infração.
- () Se o sujeito passivo formalizar pedido de parcelamento de débito fiscal decorrente de auto de infração, para o qual já havia apresentado impugnação ainda não julgada, a autoridade administrativa não tomará conhecimento da impugnação apresentada.

- a) F, F, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) V, F, F
- e) F, V, F

15- Considerando as normas sobre restituição do ICMS, e tendo como premissa não se tratar de recolhimento decorrente de auto de infração, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que traz a seqüência correta.

- () O contribuinte que houver pago o imposto com acréscimo de multa de mora e juros de mora, por inobservância do prazo de recolhimento, constatando que o imposto era indevido, tem direito à sua restituição, mas não à dos juros e multa decorrentes da inobservância do prazo.
- () Se no prazo de 90 dias a autoridade competente não deliberar sobre pedido de restituição formulado, o contribuinte pode compensar o valor pago indevidamente no período de apuração seguinte.
- () Na hipótese de ter compensado o valor pago antes da deliberação da autoridade competente, sobrevivendo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte tem o prazo de 15 dias, contados da respectiva notificação, para proceder ao estorno do crédito lançado sem pagamento de multa e juros.

- a) F, V, F
- b) V, V, V
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

16- Assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que traz a seqüência correta.

- () Será incluída no Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual (CADINE) a pessoa que possuir débito de qualquer natureza para com órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, desde que inscrito na dívida ativa.
- () O sujeito passivo contra o qual tenha sido requerida medida cautelar fiscal, na forma da Lei Federal n. 8.397, de 1992, será incluído no Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual (CADINE).
- () A pessoa cujo nome venha a integrar o Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual (CADINE) fica impedida de participar de licitação pública realizada no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual.
- () A pessoa cujo nome venha a integrar o Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual (CADINE) fica impedida de gozar de benefícios patrocinados por fundos de desenvolvimentos estaduais.

- a) F, F, V, V
- b) V, V, F, F
- c) V, V, V, V
- d) F, F, F, V
- e) F, V, F, V

17- Considerando as normas do ICMS relativas à substituição tributária, assinale, a seguir, a opção incorreta.

- a) Nas operações ou prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final no Estado do Ceará, que seja contribuinte do ICMS, a responsabilidade pelo pagamento do ICMS, na condição de contribuinte substituto, pode ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes.
- b) O contribuinte substituto sub-roga-se nas obrigações principais do contribuinte substituído, relativamente às obrigações internas.
- c) A base de cálculo, para fins de substituição tributária em relação às operações anteriores, é o valor da operação ou prestação praticada pelo contribuinte substituído.
- d) Na substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto é exclusiva do substituto, ficando afastada a responsabilidade do contribuinte substituído, ainda que o substituto não tenha efetuado a retenção.
- e) Para efeito de exigência do ICMS por substituição tributária, a entrada de mercadoria no estabelecimento do destinatário, ou em outro por ele indicado, inclui-se como fato gerador do tributo.

18- Na data d_1 , o contribuinte **A**, situado no Ceará, enviou mercadoria para depósito no armazém geral **AG**, no mesmo Estado. Na data d_2 o estabelecimento **A** vendeu a mercadoria que se encontrava em **AG** para o estabelecimento **B**, também situado no Ceará. Na data d_3 ocorreu a saída efetiva da mercadoria, de **AG** para o estabelecimento **B**. Considerando tratar-se de mercadoria normalmente tributável, é correto afirmar:

- a) na data d_1 , **A** emite nota fiscal em nome de **AG**, com destaque do imposto.
- b) na data d_1 , **AG** emite nota fiscal de entrada.
- c) na data d_2 , **A** emite nota fiscal em nome de **B**, sem destaque do imposto.
- d) na data d_3 , **AG** emite nota fiscal em nome de **B**, com destaque do imposto.
- e) na data d_3 , **AG** emite nota fiscal em nome de **A**, sem destaque do imposto.

19- Assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- () Na devolução de mercadorias realizada entre contribuintes do ICMS, é permitido o crédito do imposto pago relativamente à sua entrada, desde que observados os procedimentos previstos na legislação.
- () Na devolução de mercadorias feita por pessoa física, não é permitido o aproveitamento do crédito.
- () Na devolução de mercadoria por inadimplemento do devedor sem restituição ao comprador da parcela já paga, o aproveitamento do crédito fiscal será proporcional ao valor por quanto retornou a mercadoria.

- a) V, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, F
- d) V, V, V
- e) F, V, V

20- Considerando operação em que um estabelecimento mandar industrializar mercadoria, com fornecimento de matéria-prima adquirida de outro, a qual, sem transitar pelo estabelecimento adquirente, for entregue diretamente ao industrializador, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta. Considere que nenhuma saída ocorre com isenção ou imunidade.

- () O fornecedor da matéria-prima deve emitir nota fiscal em nome do adquirente, com destaque do imposto.
- () O fornecedor da matéria-prima deve emitir nota fiscal sem destaque do imposto, para acompanhar o transporte até o estabelecimento industrializador.
- () Na saída do produto industrializado com destino ao autor da encomenda, o estabelecimento industrializador deve emitir nota fiscal com destaque do ICMS sobre o valor total cobrado ao autor da encomenda.

- a) F, F, V
- b) V, V, F
- c) V, F, V
- d) V, V, V
- e) F, V, F

21- Considerando o tratamento diferenciado de que gozam as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), assinale a afirmativa correta.

- a) Para fins de enquadramento como ME, no caso de empresa que possui mais de um estabelecimento no Estado do Ceará, o limite de receita bruta a ser considerado será o somatório da receita bruta de todos os seus estabelecimentos nesse Estado.
- b) A ME fica dispensada do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, exceto emissão de nota fiscal.
- c) Se a ME ou a EPP ultrapassar, em qualquer mês do ano, o limite de receita bruta previsto na legislação para fim de enquadramento no regime diferenciado, deverá comunicar o fato à repartição fiscal, que fará o enquadramento em outro regime, que lhe seja mais adequado, a partir do ano subsequente.
- d) As ME e as EPP que promoverem operações de circulação de mercadorias emitirão nota fiscal com destaque do ICMS apurado segundo o regime simplificado.
- e) É vedado o enquadramento em regime diferenciado favorecido para ME e EPP, de empresa que realize operações relativas a saídas interestaduais de mercadorias.

22- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Na apuração do movimento real tributável, por meio de levantamento fiscal, o agente do Fisco pode aplicar coeficientes médios de lucro bruto ou de valor agregado e de valores unitários, levando em consideração a atividade econômica do contribuinte.
- () Se os livros fiscais e contábeis contiverem vícios que os tornem imprestáveis para comprovação das operações e prestações realizadas, o valor das saídas promovidas no período pode ser arbitrado pelo Fisco, observadas as normas da legislação aplicáveis.
- () O contribuinte que no período de 2 anos sofrer cinco autuações por desrespeito à legislação com vistas ao descumprimento da legislação tributária fica, a partir da quinta autuação, automaticamente sujeito a Regime Especial de Fiscalização e Controle.

- a) V, F, V
- b) F, F, V
- c) F, F, F
- d) V, V, F
- e) V, V, V

23- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Iniciada a ação fiscal, o agente do Fisco tem prazo de sessenta dias, contado da ciência do sujeito passivo e prorrogável por mais sessenta dias, para a conclusão dos trabalhos.
- () É dispensável a lavratura de termos de início e de conclusão de fiscalização, em caso de atraso de recolhimento.
- () É vedada a repetição de diligências de fiscalização em relação a um mesmo fato e período de tempo simultâneos.

- a) V, V, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, F
- e) F, V, V

24- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Compete exclusivamente aos Auditores do Tesouro Estadual a retenção de mercadorias em situação irregular.
- () Encontrando mercadoria acompanhada de documento fiscal cuja irregularidade seja passível de reparação, o agente do Fisco notificará o contribuinte ou responsável para que sane a irregularidade no prazo de 3 dias.
- () A guarda e depósito de mercadoria retida por estar em situação irregular pode, em determinadas condições, ser confiada ao próprio autuado.

- a) F, V, V
- b) F, F, F
- c) F, V, F
- d) V, V, F
- e) V, V, V

25- Considerando as disposições relativas ao ICMS, assinale a afirmativa correta.

- a) A mercadoria retida não pode ser liberada antes do julgamento do processo.
- b) Ocorrendo a hipótese de leilão de mercadoria retida, se o valor de arrematação for inferior ao crédito tributário, a diferença será cobrada do contribuinte.
- c) Se a sentença no processo administrativo relativo à retenção da mercadoria for absolutória, e o contribuinte ou responsável não providenciar, no prazo de 60 dias a partir da intimação, a liberação da mercadoria, essa poderá ser leiloada.
- d) A mercadoria retida e considerada abandonada, nos termos da legislação, deve ser alienada para ressarcimento dos prejuízos à Fazenda Estadual.
- e) Em se tratando de mercadoria perecível ou de fácil deterioração, é vedada a retenção, devendo o contribuinte ou responsável pagar o crédito tributário ou efetuar o depósito do seu valor.

26- Entre as medidas a seguir relacionadas, assinale a que não está prevista entre as compreendidas em Regime Especial de Fiscalização e Controle do ICMS.

- a) Imposição de adicional sobre o imposto a ser recolhido.
- b) Fixação de prazo especial e sumário para recolhimento do ICMS devido.
- c) Cancelamento de todos os benefícios fiscais de que goze o contribuinte.
- d) Execução, pelo órgão competente, em caráter prioritário, de todos os débitos fiscais.
- e) Recolhimento antecipado do ICMS incidente sobre a entrada de mercadoria.

27- O patrimônio de João e Maria, casados em comunhão de bens, é constituído de uma casa no valor de R\$ 500.000,00 e de um apartamento no valor de R\$ 400.000,00. Ao se divorciarem, coube à Maria a casa e a João o apartamento. Considerando as normas relativas ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCD), assinale a afirmativa correta.

- a) Pela situação descrita, não se configurou fato gerador do ITCD.
- b) Maria deve recolher ITCD sobre R\$ 50.000,00.
- c) Maria deve recolher ITCD sobre R\$100.000,00.
- d) Antes de transitar em julgado a sentença homologatória do divórcio, João deve recolher o imposto calculado sobre R\$ 400.000,00 e Maria deve recolher o imposto calculado sobre R\$ 500.000,00.
- e) É devido imposto de transmissão (ITCD), que deverá ser recolhido no prazo de 10 dias contados do trânsito em julgado da sentença homologatória do divórcio.

28- Considerando as normas relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () São isentos do imposto os ônibus e as embarcações empregados nos serviços públicos de transporte coletivo, exceto se adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil (leasing).
- () São isentas do imposto as embarcações utilizadas na atividade pesqueira.
- () São isentos do imposto os veículos movidos a motor elétrico.
- () É solidariamente responsável pelo imposto, no caso de venda de veículo novo, a revendedora.

- a) F, V, F, V
- b) F, F, V, V
- c) V, V, F, F
- d) V, F, V, F
- e) F, F, V, F

29- João, nascido em Fortaleza e residente e domiciliado no Rio de Janeiro, veio a falecer deixando testamento em favor de Pedro, residente no Rio de Janeiro, e de Paulo, residente no Ceará. Pelo testamento, foram destinadas a Pedro uma casa em Fortaleza e várias obras de arte, e a Paulo um apartamento no Rio de Janeiro e um lote de ações da Cia. Vale do Rio Doce. O inventário processou-se no Rio de Janeiro.

Considerando os dados acima, e tendo em vista as normas sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), assinale as afirmativas abaixo com **F** ou **V**, conforme sejam falsas ou verdadeiras e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- () Paulo é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Ceará, incidente sobre o apartamento.
- () Paulo é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Ceará, incidente sobre as ações.
- () Pedro é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Ceará, incidente sobre a casa.
- () Pedro é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Ceará, incidente sobre as obras de arte.
- () Pedro não é contribuinte do ITCD devido ao Estado do Ceará.
- () Paulo não é contribuinte do ITCD devido ao Estado do Ceará.

- a) F, V, V, F, V, F
- b) F, F, V, F, F, V
- c) V, F, F, V, V, F
- d) V, V, F, F, F, V
- e) F, F, F, V, V, V

30- Considerando as normas relativas à consulta, é correto afirmar:

- a) não se admite, em uma mesma petição, consulta que se refira a mais de uma matéria.
- b) serão arquivados os processos de consulta apresentados a órgão fazendário incompetente.
- c) não produz efeito a consulta formulada sobre fato que esteja definido em norma.
- d) a consulta suspende o prazo para pagamento do imposto relacionado com a matéria consultada.
- e) da resposta à consulta, não cabe pedido de reconsideração.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

31- Não se encontra na competência do Contencioso Administrativo Tributário (CONAT) decidir, no âmbito administrativo, questões decorrentes de relação jurídica estabelecida entre o Estado do Ceará e o sujeito passivo da obrigação tributária em caso de

- a) exigência de crédito tributário.
- b) restituição de tributos.
- c) penalidades relacionadas com a exigência de crédito tributário.
- d) encargos relacionados com a exigência de crédito tributário.
- e) reconhecimento de benefícios fiscais.

32- Assinale a afirmativa correta.

- a) Cabe recurso extraordinário sempre que a decisão da Câmara de Julgamento for contrária à decisão de primeira instância.
- b) Os vice-presidentes do CONAT não têm direito a voto na sessão do Conselho Pleno.
- c) Compete ao Presidente da Câmara de Julgamento, que proferiu a decisão recorrida, decidir quanto à admissibilidade do recurso especial ou extraordinário.
- d) Havendo interposição simultânea de recursos especial e extraordinário, deve ser julgado, em primeiro plano, o recurso especial.
- e) O recurso especial interposto não será recebido se a decisão divergente que o embasar for do Conselho Pleno.

33- Marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () O Contencioso Administrativo Tributário (CONAT) é composto de seis órgãos de deliberação coletiva.
- () As Câmaras de Julgamento são órgãos de composição paritária.
- () No Contencioso Administrativo Tributário, a decisão final sempre é do Conselho Pleno.
- () O Conselho Pleno é integrado por oito conselheiros, dos quais quatro são representantes dos contribuintes.

- a) F, V, V, F
- b) V, F, V, V
- c) F, V, F, V
- d) F, V, F, F
- e) V, F, F, V

34- Assinale a opção que indica corretamente princípios pelos quais deve-se pautar o processo administrativo-tributário, referidos no Decreto que o regulamenta.

- a) Contraditório, ampla defesa, impessoalidade.
- b) Economia processual, impessoalidade, verdade formal.
- c) Legalidade, moralidade, formalidade.
- d) Eficiência, simplicidade, inércia.
- e) Celeridade, publicidade, oficialidade.

35- Assinale a afirmativa correta.

- a) A exigência decorrente de infração à legislação tributária deve ser formalizada por meio de auto de infração ou notificação de lançamento.
- b) Qualquer servidor fazendário que tiver conhecimento de infração à legislação tributária fica obrigado, sob pena de responsabilidade funcional, a formalizar a exigência.
- c) Entre outros requisitos, o auto de infração deve conter, sob pena inafastável de nulidade, a indicação expressa dos dispositivos infringidos e dos que cominem a penalidade pecuniária.
- d) O número e data de emissão do ato designatório da ação fiscal, a identificação da autoridade designante, a assinatura e identificação funcional dos autuantes são requisitos do auto de infração cuja ausência não implica nulidade.
- e) Uma vez inserido em sistema informatizado o controle de todas as ações fiscais, o auto de infração será emitido por meio de sistema eletrônico de processamento de dados, admitindo-se apenas, excepcionalmente, sua lavratura manual, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.

36- Das afirmativas abaixo, apenas uma é incorreta. Assinale-a.

- a) Incluem-se no procedimento sumário as hipóteses de embaraço à fiscalização.
- b) Todos os atos praticados no processo devem ser cientificados ao contribuinte por meio de notificação.
- c) Aplica-se ao processo administrativo-tributário o princípio da instrumentalidade das formas, reputando-se válidos os atos que, mesmo não realizados na forma prevista, preenchem sua finalidade essencial.
- d) A ciência do auto de infração por via postal só é admitida em caso de recusa ou impossibilidade do autuado, seu mandatário ou preposto, em apor "ciente" no auto de infração.
- e) O auto de infração deve ser lavrado em três vias, ficando a 2ª com o sujeito passivo.

37- Marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Apenas são partes no processo administrativo-tributário o Estado do Ceará, o contribuinte ou o requerente no procedimento especial de restituição.
- () Quando não comparecer pessoalmente no CONAT, a parte somente poderá fazê-lo representada por advogado legalmente constituído.
- () Ao processo administrativo-tributário de exigência de crédito tributário oriundo de auto de infração e ao decorrente de atraso no recolhimento de tributos estaduais aplica-se o rito ordinário.
- () Formalizada a exigência do crédito tributário, o auto de infração que lhe deu origem permanecerá no órgão fazendário por 30 dias, aguardando o pagamento ou a impugnação.

- a) V, F, F, V
- b) F, F, V, V
- c) V, V, F, F
- d) F, V, F, F
- e) F, F, F, F

38- Com relação à intimação, assinale a opção correta.

- a) A declaração de recusa do intimado em tomar ciência, feita pelo servidor fazendário, com assinatura de duas testemunhas, vale como intimação.
- b) Pode ser firmada por mandatário, mas não por preposto.
- c) Só pode ser feita por via postal se frustrada a tentativa da intimação pessoal, por servidor fazendário.
- d) Pode, em qualquer caso, ser feita por edital, se for mais conveniente para a Administração, a critério da autoridade administrativa.
- e) Só pode ser feita por via postal quando vise à apresentação de documentos.

39- Assinale a afirmativa correta.

- a) A relação contenciosa administrativa instaura-se com a impugnação à exigência do crédito tributário, desde que apresentada no prazo legal.
- b) No caso de exigência de crédito tributário oriundo de auto de infração, a interposição de recurso voluntário da decisão de primeira instância é condicionada ao depósito no valor de 30% do crédito discutido.
- c) Encontrando-se o processo concluso ao julgador de primeira instância, não mais podem ser juntados documentos.
- d) Vencido o prazo para impugnação, a requerimento da parte interessada, a autoridade competente pode dilatá-lo por dez dias.
- e) Em caso de recusa injustificada para a exibição de documento, livro ou coisa, o órgão do CONAT que a determinou presumirá como verdadeiros os fatos a serem provados com a exibição.

40- O contribuinte X após a nota de "ciente" no auto de infração, relativo à exigência de crédito tributário, no dia 02 de janeiro, segunda-feira. Na intimação, foi consignado prazo de dez dias para apresentação da defesa. No dia 03, terça-feira, o fiscal autuante encaminhou à autoridade competente o auto de infração com os documentos que o acompanham. No dia 06, sexta-feira, a autoridade saneadora, entendendo ter havido irregularidade no prazo, reabriu-o. O AR relativo à notificação de reabertura do prazo foi juntado ao processo em 13 de janeiro, sexta-feira.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) se o contribuinte apresentar impugnação em 06 de fevereiro será considerado revel.
- b) a autoridade saneadora se equivocou, pois o prazo para impugnação consignado na notificação está de acordo com o previsto na legislação.
- c) se o contribuinte apresentar a impugnação no dia 06 de fevereiro, o órgão fazendário que a receber deverá juntá-la ao processo de apuração do crédito tributário, para encaminhamento ao CONAT.
- d) o prazo para apresentação da impugnação termina no dia 23 de janeiro, segunda-feira.
- e) a reabertura do prazo impede a redução da multa para pagamento no prazo da impugnação.

41- Marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Não se considera nulo o ato do qual participaram, em conjunto, autoridade incompetente e autoridade com competência plena e no exercício de sua função.
- () É nulo o ato praticado por autoridade que tenha competência conferida por lei, mas esteja afastada da função ou cargo.
- () A nulidade de qualquer ato prejudicará todos os demais que o antecedem .
- () Se a parte, a quem aproveite a nulidade não absoluta de ato praticado, manifestar-se no processo sem argüi-la, o ato viciado fica convalidado.

- a) F, F, V, V
- b) V, V, F, V
- c) F, V, F, F
- d) V, V, F, F
- e) F, F, V, F

42- O sujeito passivo, ao apresentar sua impugnação, requereu perícia. A autoridade julgadora de primeira instância não se pronunciou sobre o pedido de perícia, e julgou o processo contra o contribuinte, mantendo a exigência. No recurso, o contribuinte suscitou nulidade da decisão de primeira instância, por não ter apreciado o pedido de perícia. O órgão julgador de segunda instância considerou que as provas constantes do processo eram suficientes para demonstrar a improcedência do auto de infração.

Considerando a situação descrita, assinale a proposição que traduz o procedimento que está de acordo com as normas que regem o Contencioso Administrativo Tributário.

- a) O órgão julgador de segunda instância deverá anular a decisão de primeira instância por preterição da garantia constitucional da ampla defesa e determinar que o julgador se manifeste sobre o pedido de perícia.
- b) O órgão julgador de segunda instância deve deferir a perícia e anular a decisão de primeira instância, para que nova decisão seja proferida a vista do resultado da perícia a ser realizada.
- c) O órgão julgador de segunda instância não deve anular a decisão de primeira instância, mas deve determinar a realização da perícia requerida antes de proferir sua decisão.
- d) O órgão julgador de segunda instância, embora reconhecendo a nulidade da decisão de primeira instância por preterição do direito de defesa, deixará de pronunciar a nulidade e decidirá no mérito a favor do sujeito passivo.
- e) O órgão julgador de segunda instância deve rejeitar a nulidade suscitada.

43- Identifique as situações a seguir com os algarismos romanos I, II e III, conforme se trate de causa de suspensão do processo (I), extinção do processo sem julgamento de mérito (II) e extinção do processo com julgamento de mérito (III) e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- Remissão ()
- Morte do impugnante ()
- Confirmação em última instância, da decisão absolutória de primeiro grau, objeto de recurso de ofício ()
- Decadência ()
- Perda da capacidade processual do impugnante ()
- Acolhimento, pela autoridade julgadora, da alegação de coisa julgada ()

- a) I, I, III, III, I, II
- b) II, II, II, III, II, III
- c) II, I, III, II, I, II
- d) III, II, II, III, II, II
- e) III, I, II, III, I, III

44- Contra o contribuinte ABC foi lavrado auto de infração para exigência de crédito tributário, sendo o valor originário exigido de R\$ 30.000,00 (Suponha valor da UFIR de R\$ 2,00). O contribuinte impugnou o auto de infração, e a decisão de primeira instância reduziu a exigência para R\$ 15.000,00 (valor originário). Nesse caso, é correto afirmar que

- a) não sendo caso de recurso especial, a decisão unânime da Câmara de Julgamento que der provimento ao recurso voluntário interposto pelo contribuinte e negar provimento ao recurso de ofício extingue o processo com julgamento de mérito.
- b) o contribuinte pode interpor recurso ao Conselho de Recursos Tributários no prazo de 10 dias, contados da ciência da decisão.
- c) se o contribuinte abrir mão do recurso e pagar o crédito mantido dentro do prazo que tinha para recorrer, o processo se extingue com julgamento de mérito.
- d) a decisão da Câmara de Julgamento que negar provimento ao recurso de ofício, bem como ao recurso voluntário interposto pelo contribuinte, extingue o processo com julgamento de mérito.
- e) o julgador de primeira instância deve interpor recurso de ofício ao Conselho de Recursos Tributários no prazo de 10 dias contados da decisão.

45- Marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- () Se o imposto pago indevidamente tiver sido acrescido de multa, a restituição do tributo dá lugar à restituição da multa.
- () Somente o contribuinte é legitimado a requerer restituição de tributo recolhido indevidamente.
- () Será indeferido o pedido de restituição que não estiver instruído com via original do auto de infração e do comprovante de recolhimento.
- () Não cabe recurso de decisão que indeferir o pedido de restituição de tributo oriundo de auto de infração.

- a) V, F, V, V
- b) V, F, F, F
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, V, F

AUDITORIA E PERÍCIA

46- É fator determinante para a recusa de um trabalho de auditoria externa

- a) o auditor ser importante acionista da empresa auditada.
- b) o auditor ter conhecimento suficiente sobre o negócio da empresa.
- c) a possibilidade de o profissional contratado poder realizar o trabalho com imparcialidade.
- d) a necessidade de uso de especialistas para avaliação de áreas específicas.
- e) a existência de fraude ou erro nas demonstrações auditadas.

47- O programa de controle de qualidade deve ser estabelecido de acordo com a estrutura da equipe técnica do auditor e a complexidade dos serviços; assim, se o auditor não possuir equipe, em trabalho desta natureza,

- a) não poderá aceitar o trabalho visto ser de fundamental importância à existência de estrutura técnica da equipe.
- b) terá limitação na execução de parte do trabalho, tendo de compor parceria com firma de auditoria maior.
- c) o auditor deverá de forma obrigatória constar de seu parecer a limitação da equipe técnica, ficando sob sua responsabilidade os trabalhos.
- d) o controle de qualidade é inerente à qualificação profissional do auditor, a qual confirmará sua competência para a execução do trabalho.
- e) a qualidade do trabalho fica sempre comprometida, sendo passível de punição ética pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- 48- Quando da utilização de serviços de especialista, não há responsabilidade do auditor
- em confirmar se o especialista é habilitado.
 - em questionar a capacidade do especialista, desde que habilitado.
 - quando o especialista for funcionário da empresa auditada.
 - se o especialista for independente e não possuir vínculo com a empresa.
 - em divulgar o fato em parecer sem ressalva.
- 49- Na ausência de disposições específicas sobre matéria contábil, deve o auditor
- solicitar que os órgãos competentes da profissão se manifestem formalmente sobre o assunto, aguardando posição para término do trabalho.
 - somente adotar práticas consagradas pela profissão contábil formalizadas pelos órgãos da profissão.
 - basear-se em práticas já consagradas pela profissão contábil, independente de estarem ou não formalizadas pelos órgãos da profissão.
 - sempre emitir parecer com ressalva relatando no parecer o procedimento adotado e a irregularidade em relação aos princípios fundamentais de contabilidade.
 - não emitir parecer, em virtude de não haver procedimento contábil formal para tratamento do fato.
- 50- Ao confrontar-se com as situações a seguir expostas, o auditor as classificaria como uma situação:
- Um funcionário da Contabilidade, com três períodos de férias não gozados, constantes da folha de pagamentos e da provisão de férias reconhecendo os valores a serem recebidos.
 - Contrato vigente de prestação de serviços de manutenção em ar condicionado. A empresa nunca possuiu este tipo de equipamento instalado em suas unidades.
 - O diretor financeiro da empresa comercial Betal S.A. possui um prédio fora de operação e resolve alugá-lo por 5 anos, recebendo o aluguel a vista, mas com cláusula de devolução parcial, caso seja rescindido o contrato. O diretor financeiro juntamente com o contador determinam que seja contabilizado em Resultado de Exercícios Futuros.
- normal, fraude e erro.
 - fraude, normal e normal.
 - erro, normal e erro.
 - fraude, fraude e normal.
 - normal, fraude e fraude.
- 51- A empresa CompraVia Ltda. determinou que a partir do mês de dezembro as funções de pagamento das compras efetuadas passarão a ser feitas pelo departamento de compras, extinguindo-se o setor de Contas a Pagar. Esse procedimento afeta a eficácia da medida de controle interno denominada
- confirmação.
 - segregação.
 - evidenciação.
 - repartição.
 - atribuição.
- 52- O sistema adquirido pela empresa Certifica S.A. continha um erro de parametrização interna, não registrando na contabilidade dez notas fiscais. O auditor ao realizar os testes de auditoria constata o erro. Esse risco de auditoria é denominado risco de
- negócio.
 - deteção.
 - inerência.
 - controle.
 - estrutura.
- 53- O auditor, ao avaliar a Empresa Declínio & Expansão Ltda., depara-se com três indicadores: prejuízos substanciais de operação, perda de fornecedor essencial e dificuldades de manter mão-de-obra especializada na empresa. Em conformidade com as Normas do Conselho Federal de Contabilidade, esses indicadores são classificados como
- operação, financeiro e operação.
 - operação, operação e financeiro.
 - financeiro, financeiro e operação.
 - financeiro, operação e financeiro.
 - financeiro, operação e operação.
- 54- Os testes de observância visam:
- confirmar que as normas e procedimentos da empresa estejam estabelecidos e previstos em seus manuais.
 - estabelecer normas para implantação dos controles internos na empresa.
 - evidenciar que os procedimentos estabelecidos pela empresa estão funcionando e sendo cumpridos na prática.
 - assegurar que as demonstrações contábeis sejam apresentadas a todos os usuários.
 - garantir que os administradores da empresa estejam implantando os sistemas de controles internos.

55- Ao analisar a contabilização em uma imobiliária, de um terreno destinado à construção da sede da empresa, percebeu-se que o mesmo tinha sido contabilizado nos Estoques. Pode-se afirmar que

- a) ao executar o teste primário de superavaliação na conta de Terrenos no Imobilizado, esta conta estará sub-avaliada e a conta Estoques de Terrenos estará superavaliada.
- b) ao praticar o teste primário de superavaliação na conta de Estoques, a mesma estará com seu saldo sub-avaliado e o Contas a Pagar superavaliado.
- c) independentemente da atividade da empresa, terrenos devem ser sempre contabilizados no Imobilizado, por se tratar de bem imóvel.
- d) ao proceder o teste primário de superavaliação do Contas a Receber, este apresentará saldo sub-avaliado.
- e) o referido procedimento está adequado, em virtude de a atividade da empresa ser de comercialização de imóveis.

56- A vistoria é a _____ que objetiva a _____ e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial. O _____ é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério _____.

- a) visita/retificação/arbitramento/aleatório
- b) indagação/verificação/orçamento/jurídico
- c) diligência/verificação/arbitramento/técnico
- d) investigação/confirmação/orçamento/específico
- e) avaliação/confirmação/arbitramento/imparcial

57- São provas periciais produzidas pelo perito:

- a) documento, avaliação, denúncia e confissão.
- b) confissão, arbitramento, testemunha e exame.
- c) denúncia, delação, parecer e exame.
- d) exame, vistoria, arbitramento e avaliação.
- e) testemunha, vistoria, declaração e laudo.

58- Com relação aos quesitos de perícia formulados, é verdadeiro afirmar que

- a) somente o juiz deve respondê-los, concluindo assim os trabalhos e dando a sentença.
- b) caso o perito-contador não responda os quesitos, cabe ao perito-contador assistente responder de forma circunstanciada.
- c) o juiz deve respondê-los juntamente com o perito-contador assistente de forma circunstanciada e sem respostas diretas com "sim" e "não".
- d) se o juiz não responder, deve o perito contador responder em caráter definitivo, cabendo ao mesmo fazer constar do laudo esta ocorrência.
- e) somente o perito-contador deve respondê-los, e quando não estiver capacitado para responder deverá constar sempre sem resposta no laudo pericial.

59- O parecer pericial contábil, na esfera judicial, serve para subsidiar

- a) o juiz, o árbitro e as partes nas suas tomadas de decisão.
- b) o árbitro e as partes nas suas tomadas de decisão.
- c) o juiz e as partes nas suas tomadas de decisão.
- d) o perito-contador e o árbitro nas suas tomadas de decisão.
- e) as partes nas suas tomadas de decisão.

60- Ao estruturar o parecer pericial contábil, de acordo com as normas do C.F.C., o contador nesta função poderá

- a) omitir fatos relevantes, encontrados durante sua diligência, que comprovem a veracidade da acusação contra seu cliente, visto o seu papel ser de assistente da parte.
- b) ser parcial, conduzindo o juiz responsável pelo processo de sentença a dar posição favorável a seu cliente.
- c) buscar elementos que superem o objeto da causa para garantir à parte uma indenização maior.
- d) revelar fatos importantes e relevantes encontrados durante suas diligências, ainda que prejudique seu cliente ou faça com que ele perca o processo.
- e) criar elementos e provas para atestar a veracidade das informações constantes no processo.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br

www.pciconcursos.com.br